

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma prevê meios alternativos para solução de casos tributários 3

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Economistas pregam visão de longo prazo 4

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para campanhas de presidenciáveis, diminuir a fila de cirurgias eletivas e de exames é a
prioridade na Saúde 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Boas notícias na economia (Editorial) 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Os mercados de carbono e o Brasil (Artigo) 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras reduz preço do gás de cozinha em 4,7% 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cinco países da UE traçam imposto mínimo corporativo em 2023 14

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Rosa Weber assume STF em momento crítico (Editorial) 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Planos de saúde têm primeiro prejuízo semestral 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Compensação de ICMS tem nova divergência entre União e Estados 17

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reforma que troca 5 impostos por 1 deve voltar a ser discutida, defende Fragelli 18

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil é a melhor aposta na AL contra guinada conservadora de BCs 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Centro-Oeste lidera alta do PIB desde a Covid, e Nordeste segura lanterna 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Renda de servidor cai mais que na iniciativa privada na pandemia 23

Terça-Feira, 13 de Setembro de 2022

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Bolsonaro libera R\$ 3,5 bi em emendas de relator após corte de ciência e cultura 26

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

O inaceitável desperdício de alimentos (Editorial) 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Bolsa acumula a 2ª maior alta pré-eleições 29

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Indústria na UE tem desafio de viver sem gás russo barato 31

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Sem desculpas para o péssimo resultado do Brasil no DH (Editorial) 32

Reforma prevê meios alternativos para solução de casos tributários

Joice Bacelo De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187328

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187328

Economistas pregam visão de longo prazo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187328?page=6§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187328?page=6§ion=2

Para campanhas de presidenciais, diminuir a fila de cirurgias eletivas e de exames é a prioridade na Saúde

Por Paloma Rodrigues e Juliana Lima, g1 - Brasília

Para as campanhas dos presidenciais mais bem colocados nas pesquisas de intenção de voto, diminuir as filas de cirurgias eletivas e de exames no SUS deve ser a prioridade do presidente eleito na área da Saúde.

O g1 ouviu os coordenadores de Saúde das campanhas de Luiz Inácio Lula da Silva (PT); de Ciro Gomes (PDT); e de Simone Tebet (MDB). A campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que não tem coordenadores temáticos e que todos seus coordenadores cuidam de todos os assuntos. Por isso, não quis indicar ninguém para a entrevista.

O coordenador da campanha petista é Alexandre Padilha, ex-ministro da Saúde do governo Dilma Rousseff. Pela campanha de Ciro, falou Denizar Vianna, ex-secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do ministério. O representante da campanha de Tebet é João Gabbardo, ex-secretário-executivo da pasta.

Denizar e Gabbardo trabalharam no ministério no início do governo Bolsonaro.

A prioridade 1 é mobilizar todos os equipamentos estaduais, municipais, hospitais filantrópicos, serviços privados que podem ser contratados, formação de especialistas para reduzir o tempo de espera a acesso a diagnóstico do câncer, médicos especialista, cirurgias eletivas e saúde mental, essa é a prioridade absoluta. O povo brasileiro não aguenta esperar mais nas filas para cirurgia eletiva, para consulta com médico especialista, para diagnóstico de câncer, acesso à saúde mental, afirmou Padilha.

Vianna citou o passivo gerado pela pandemia de Covid.

"Eu acho que a gente tem um problema sério com esse passivo que ficou da pandemia nos casos que se acumularam com as doenças crônicas. Se a gente não resolver o problema dessas pessoas que precisam de cirurgia, que precisam de diagnóstico. Você tem que buscar de uma maneira ativa, chama-se busca ativa, os casos de câncer que não foram diagnosticados,

mutirão diagnóstico de câncer está faltando", afirmou.

Para Gabbardo, é preciso um pacto com estados e municípios para fazer a fila andar.

No primeiro dia, precisamos chamar o secretário estadual de saúde e secretários municipais saúde e fazer um pacto para atender a essa demanda, disse.

Além das filas no SUS, os coordenadores da área da Saúde falaram também de temas como:

Veja abaixo o que cada campanha pensa sobre os desafios na Saúde.

A campanha do ex-presidente propõe a realização de mutirões para, inicialmente, desafogar as filas. A equipe de Lula também quer mobilizar a estrutura da Saúde para dar celeridade às cirurgias, além de criar um programa de transporte da Saúde, que atenderia municípios pequenos e ajudaria no transporte de pacientes até os locais dos exames ou cirurgias.

O plano da campanha Ciro também passa pela ideia de mutirões em um primeiro momento.

De acordo com Denizar Vianna, o governo federal vai reunir as demandas estaduais para, então, definir os repasses voltados para os atendimentos. Ele explicou que o governo federal vai ser um financiador, enquanto os estados e municípios serão executores.

Mutirão não é solução permanente, mas ela é importante em um primeiro momento, para cirurgias de baixa complexidade, cirurgias ortopédicas. O Estado [governo federal] não tem dinheiro pra fazer isso. Quem vai executar é o estado e o município. O Ministério da Saúde é só o financiador, afirmou Vianna.

Temos que chegar para o Conass [Conselho Nacional de Secretários de Saúde] e falar: Olha, o Ministério da Saúde agora vai colocar x no direcionamento dos estados. Quanto é que você precisa para resolver filas aqui? De todos os estados. Aumenta o financiamento e faz a habilitação, completou.

A campanha de Tebet enfatizou a ampliação do uso de tecnologia para acelerar o andamento da fila. A tecnologia entraria nas diversas etapas, desde o diagnóstico até o tratamento.

Também faz parte da ideia da campanha possibilitar consultas com especialistas por videoconferência, mediadas por um profissional nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), que receberia instruções de um médico especialista.

De acordo com o coordenador de Tebet, 95% das unidades básicas de saúde (UBS) têm estrutura de internet para realizar esse tipo de procedimento, o que reduziria a fila para atendimentos especializados.

Outro item citado como urgente pelas campanhas é a baixa cobertura vacinal. O Brasil terminou 2021 sem alcançar 80% de aplicação para nenhuma das vacinas disponibilizadas pelo Plano Nacional de Imunizações (PNI).

Neste ano, o Ministério da Saúde adotou a campanha da poliomielite como prioritária, uma vez que houve aumento no número de casos em todo o mundo.

A campanha de poliomielite no Brasil, em 2021, vacinou 70% do público. Em 2022, não chegou a 50%, o que motivou o governo federal prorrogar a campanha. O patamar apontado pelo Ministério como ideal para as imunizações é de 95%.

O PT quer ampliar os recursos para as campanhas nacionais de vacinação. Também quer aumentar o engajamento do governo, com mais pronunciamentos em rede aberta a favor das vacinas. Outro ponto defendido pela campanha é incluir as escolas nas campanhas.

A gente fez a vacinação na escola e criamos o programa Saúde na Escola, que precisa ser retomado para reforçar a adesão", disse Padilha.

Ele também afirmou que a interrupção da oferta de determinadas vacinas aumenta o problema. A mãe chega ao posto de vacina e não tem a BCG, pentavalente. Nós não deixaremos isso acontecer, completou.

O plano de Ciro passa por aproveitar as escolas como espaço de conscientização, mas também como local de vacinação.

Não é trivial vacinar em escola, porque você está em um ambiente fora da saúde, mas já tem projeto de lei pra isso. É um acordo. Precisamos usar as escolas como ponto focal da vacinação durante as campanhas do ministério, explicou Denizar Vianna.

A campanha de Tebet quer mobilizar os pais para conseguir vacinar as crianças. Uma alternativa seria passar um pente fino em famílias beneficiárias de programas sociais para indicar ao Conselho Tutelar aquelas com atraso na caderneta de vacinação.

Além disso, quer determinar que as escolas exijam o certificado de vacinação emitido pelos postos de saúde.

É muito difícil examinar uma carteira de vacina e saber se a criança está adequadamente vacinada. Então essa exigência do certificado é importantíssima, apontou Gabbardo.

Atualmente, o investimento do governo na saúde está próximo de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), valor que vem se mantendo constante nos últimos cinco anos. O valor não é considerado suficiente pelas campanhas.

Padilha disse que, em um eventual governo, Lula tem o compromisso nítido de reverter a retirada de recursos da saúde". No entanto, não apontou metas atreladas ao orçamento.

Metas detalhadas sobre isso só é possível fazer quando terminar o governo Bolsonaro, afirmou.

A meta estabelecida pela campanha do pedetista é alcançar 6% do PIB para a área da saúde, por meio de aumentos progressivos por 4 ou 5 anos.

Para isso, o plano aposta na reforma tributária, que diminuiria incentivos fiscais para o setor, além do aumento da tributação de produtos como os ultraprocessados e as bebidas alcoólicas.

A campanha da candidata pretende aumentar o gasto em saúde para 5% do PIB ao longo dos quatro anos de mandato e, eventualmente, em um segundo mandato, para 6% até 2030.

O caminho, segundo João Gabbardo, seria usar recursos extraordinários aprovados por lei. Ele cita o decreto de calamidade pública em virtude da pandemia de Covid, que permitiu ao governo fazer gastos extras.

Orçamento secreto é o nome que foi informalmente dado às emendas de relator. Ao contrário de outras emendas parlamentares, as de relator têm critérios menos claros de distribuição e têm aplicação menos transparente.

Em 2022, 75% do que foi efetivamente pago pelo modelo foi para a área da Saúde. Isso faz do

orçamento secreto um ponto central nas discussões das equipes dos presidenciáveis.

As campanhas indicam que o caminho é o envolvimento do Ministério da Saúde na definição do destino das verbas, para que, assim, o gasto tenha mais eficiência.

Padilha apontou que quer intensificar o diálogo entre o Ministério da Saúde e o Congresso Nacional.

Denizar Vianna disse que quer contar com a ajuda do Conass para melhorar a gestão dos recursos.

Não precisa ser só o Ministério da Saúde [a orientar], pode usar o Conass que tem um corpo técnico de alta qualidade e que poderia orientar os estados, para que talvez possam até fugir um pouco do controle do Ministério da Saúde , disse.

Gabbardo também aposta na intensificação do diálogo com o Congresso. A gente faria um planejamento e colocaria à disposição dos parlamentares .

Além disso, a campanha de Tebet planeja regionalizar a Saúde e, dessa forma, delegar às secretarias estaduais, com o apoio do governo federal, dos estados e dos municípios, o planejamento dos recursos.

Os procedimentos com necessidade de investimento devem constar em uma lista com todas as regiões, e os parlamentares podem usar os recursos das emendas da área da saúde para essas demandas , detalhou Gabbardo.

Para o acesso à medicação, o PT pretende impulsionar o programa Farmácia Popular, criado no governo do ex-presidente Lula.

Queremos analisar a possibilidade de ampliar os medicamentos que são oferecidos. Podemos programar uma ampliação para outros problemas de saúde crônicos que, atualmente, não são atendidos , disse Padilha.

A campanha de Ciro apontou que um dos maiores problemas do atual programa são as fraudes. A proposta é aumentar a digitalização dos processos e ampliar o sistema de copagamento.

O plano do candidato do PDT defende também que a população que necessita da gratuidade seguirá tendo acesso aos medicamentos nas UBS.

O plano do MDB é disponibilizar medicamentos do programa Farmácia Popular em todas as farmácias do país.

Uma das maiores queixas de prefeitos e governadores é sobre os valores pagos pela União por procedimentos hospitalares realizados nas redes estadual e municipal.

A campanha do PT defende reestruturar o financiamento da rede. Não podemos fazer uma correção linear, como se tudo tivesse a mesma prioridade , disse Padilha.

Ele defendeu que os repasses do governo federal sejam feitos a partir do resultado, como na remissão no tratamento do câncer, por exemplo, e não por cada procedimento.

A mudança no modelo de modelo também é defendida pela campanha de Ciro. A equipe defende pagamento por performance baseado em acordos prévios. Ou seja, o hospital se compromete a atingir resultados em uma série de pacientes e recebe um valor global por isso, e não por cada procedimento realizado durante o tratamento.

Já a campanha de Tebet prevê a revisão da tabela. A tabela precisa ser analisada de uma forma bem seletiva, porque temos muitos procedimentos que estão absolutamente defasados, mas tem procedimentos que tiveram reajustes ainda neste ano", disse Gabbardo.

Para aumentar a produção nacional de medicamentos, a campanha de Lula planeja usar o poder de compra do Ministério da Saúde para buscar parceiros internacionais. "Uma das estratégias fundamentais (...) é retomarmos as parcerias de desenvolvimento produtivo , disse Padilha.

Padilha explicou que a incorporação de produtos de alta tecnologia poderá fortalecer a fabricação de química de insumos básicos, essenciais, segundo ele, para diminuir o custo de produção de medicamentos de menor valor.

Já o plano de Ciro quer investir na Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e transformá-la no que Denizar chama de Embraer ou Embrapa da Saúde .

Ele defendeu ainda que a gestão dos recursos seja centralizada na Casa Civil e não no Ministério da Saúde. Eu colocaria o complexo industrial da saúde com todas as suas ramificações na Casa Civil, porque é o lugar onde é possível fazer a articulação com todos os ministérios, o assunto é interdisciplinar , disse.

Na análise de Gabbardo, o Brasil precisa reverter o

modelo de incentivo a importações que, de acordo com ele, desestabilizou a produção nacional na área da saúde . O gestor aponta a necessidade de se fazer uma revisão das taxações de insumos utilizados na produção nacional.

Gabbardo também criticou o modelo de parcerias para incorporação de tecnologias. Não dá pra ficar pagando por parcerias que a gente esperava que a incorporação da nova tecnologia fosse feita em cinco e 10 anos. Pagamos durante muito tempo e, quando a incorporação ocorre, o insumo está defasado , afirmou.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/09/13/para-campanhas-de-presidenciais-diminuir-a-fila-de-cirurgias-eletivas-e-de-exames-e-a-prioridade-na-saude.ghtml>

Boas notícias na economia (Editorial)

A economia brasileira, ainda que caminhando lentamente, começa a dar boas notícias. Nada que justifique um sentimento de euforia, mas, depois de um longo período de desempenho medíocre, analistas começam a ver um quadro mais favorável tanto para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) quanto para a **inflação**. Pesquisa realizada semanalmente pelo Banco Central, por intermédio do boletim Focus, aponta que a estimativa média de avanço para a atividade neste ano saltou de 2,26% para 2,39% e, para o próximo, de 0,47% para 0,50%. Ao mesmo tempo, as projeções para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) baixaram de 6,61% para 6,40%, em 2022, e de 5,27% para 5,17%, em 2023.

Os números, se não são motivo de celebração, deixaram governo e seus economistas mais tranquilos. Afinal, o Brasil está há anos sem crescimento econômico ? a média de variação do **PIB** foi de apenas 0,3% na última década ? e, mais recentemente, voltou a conviver com a praga inflacionária, cujos índices se mantiveram acima de 10% por um bom período. A pergunta que todos se fazem é se esse cenário menos ruim decorre de fatores temporários, provocados pela intervenção governamental, que injetou bilhões no mercado, especialmente por meio do Auxílio Brasil de R\$ 600, e pelo corte dos **impostos** sobre combustíveis, ou é sustentado.

As dúvidas são tantas que o próprio Banco Central tem reforçado, em documento e por meio de discursos de seus diretores, que é preciso cautela. Qualquer descuido com a política monetária pode não só minar a confiança que leva ao crescimento econômico maior, como recrudescer a **inflação**. Essa postura cautelosa do BC faz com que a aposta majoritária seja pela manutenção dos juros em 13,75% ao ano na reunião da próxima semana do Comitê de Política Monetária (Copom), mas há a menor possibilidade de a taxa Selic ainda dar um novo pulo, para 14% anuais.

A retomada de um crescimento maior da economia, com a **inflação** sob controle, é fundamental para o país. Com tanta desigualdade social e a volta da fome ? 33 milhões de brasileiros estão na miséria ?, somente o avanço da produção e do consumo permitirá que a geração de empregos em volume suficiente para reduzir o fosso que separa ricos e pobres. Em momentos de crise, programas sociais são vitais para amenizar as mazelas que atingem em cheio os mais vulneráveis. Contudo, a agregação de pessoas ao mercado de consumo só se dá pelo

avanço consistente da atividade econômica. Isso foi visto com clareza nos anos de 2000.

A reação da economia está se dando mesmo com o ambiente político tensionado pelas eleições extremamente polarizadas. Tal comportamento endossa a visão de que o Brasil tem potencial e pode se tornar um gigante desde que a calma, a credibilidade e a previsibilidade passem a ser regra. Infelizmente, nos anos recentes, o país enveredou por um caminho de conflitos e de turbulências. Cresce, portanto, a responsabilidade não só do atual governo, mas de todos os candidatos à Presidência da República para que a normalidade volte ao radar e um ciclo de investimentos de longo prazo consolide uma base de conquistas por parte, principalmente, da população mais pobre.

Não se pode esquecer que o Brasil já ocupou a sexta posição entre as maiores economias do mundo. Agora, é a 13ª, refletindo todos os retrocessos vividos nos últimos tempos, combinando recessão e **inflação**. Independentemente da posição política que se compartilhe, todos devem se unir em torno de um projeto de país que contemple o fim da miséria, a geração de empregos e renda, a **inflação** nas metas perseguidas pelo Banco Central. O Brasil, reforce-se, tem jeito. E a sociedade deve cobrar daqueles que estão ou que pleiteiam o poder o compromisso de uma vida melhor. Os brasileiros merecem.

Os mercados de carbono e o Brasil (Artigo)

»»ANTÔNIO BELTRÃO

A população mundial chegará a 8 bilhões de pessoas em 2022, agravando a pressão sobre os recursos naturais e tornando urgente a implementação de políticas globais que fomentem a economia circular e a redução da emissão dos gases de efeito estufa (GEE). Nesse cenário, os mercados de carbono vêm se consolidando como uma grande oportunidade de negócios para o século 21. Sim, a expressão deve ser utilizada no plural, como passamos a demonstrar brevemente.

Há os mercados de carbono voluntários e os regulados, em nível global, regional ou nacional. O mercado global foi criado pela United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), em que cada país voluntariamente assumiu o compromisso de reduzir gradativamente as suas emissões até alcançar a neutralidade, através do Nationally Determined Contributions (NDC). A recente COP de Glasgow, ao regulamentar o artigo 6º do Acordo de Paris, deu um passo importante para a implementação de um novo e mais efetivo mercado mundial de carbono.

Regionalmente, destaca-se o mercado de carbono europeu (European Union Emissions Trading Scheme - Eucts) e, nacionalmente, o recém-criado mercado chinês, com mais de 4 mil MtCO₂e. Atualmente, apenas 16% das emissões de GEE no mundo são objeto de algum mercado regulado de carbono (que totalizavam 29 em 2021 - World Bank, 2021). Estima-se que a demanda voluntária global deverá crescer 15 vezes até 2030 e até 100 vezes até 2050 (Blaufelder, Levy, Pinner, 2021).

Ainda não há um mercado regulado de carbono no Brasil, ou seja, não há uma obrigação legal de metas para a redução de emissões de GEE. Contudo, há um crescente mercado voluntário formado por empresas que buscam reduzir ou neutralizar as suas emissões, inclusive para atender critérios ESG (Environmental, Social and Governance), visando obter vantagens competitivas - como integrar a cadeia de fornecedores para empresas localizadas em mercados regulados de carbono, obter linha de crédito especial etc. - bem como sinalizando ao público a sua estratégia de sustentabilidade, prevenindo riscos e assegurando maior resiliência à sua atividade. Paralelamente, o Brasil declarou que alcançará a neutralidade climática até 2050, o que também implicará a implementação de diversos programas governamentais, com ênfase em

recuperação de pastagens degradadas (RPD), sistemas integrados de lavoura, pecuária e florestas (ILFP), reflorestamento, manejo florestal sustentável etc., no intuito de cumprir com a sua NDC. As iniciativas legislativas até o momento, todavia, ainda não tornaram a "floresta em pé", via de regra, um ativo econômico a beneficiar o seu proprietário.

Em maio de 2022 foi promulgado o Decreto nº 11.075, que estabelece os procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas e institui o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Sinare). Os Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas definirão metas gradativas, mensuráveis e verificáveis, de redução de gases de efeito estufa (GEE) aplicáveis a diversos setores, tais como mineração, construção civil, energia elétrica, agropecuária, entre outros. Contudo, não há a indicação de metas e prazos específicos para redução de emissões de carbono nem tampouco os setores que estariam obrigados a cumpri-la.

O Projeto de Lei nº 528/2021, em tramitação na Câmara dos Deputados, pode se tornar o marco regulatório para o mercado de carbono no Brasil. Essa iniciativa prevê a criação do Sistema Nacional de Registro de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SNRI-GEE), que trará credibilidade e segurança às transações, e que será administrado pelo Instituto Nacional de Registro de Dados Climáticos (INRDC).

Haverá isenção dos **tributos** federais PIS, Cofins e CSLL nas transações nacionais realizadas por empresas no mercado voluntário de créditos de carbono. Caberá ao Ministério da Economia, no prazo de até 5 anos a partir de sua publicação, regulamentar o programa nacional obrigatório de compensação de emissões de GEE.

Concluindo, o Brasil deverá criar um mercado regulado de carbono, com sistema de cap and trade, com metas obrigatórias e incentivos à redução de emissões, ao tempo em que diversos programas do governo federal, destinados a alcançar a declarada meta de neutralidade até 2050, deverão também ser implementados, gerando novas oportunidades de negócios e evitando barreiras ambientais para suas exportações.

»»ANTÔNIO BELTRÃO Advogado e mestre em direito ambiental pela Pace University School of Law, Nova

York

Petrobras reduz preço do gás de cozinha em 4,7%



Posto em SP vende etanol abaixo de R\$ 3; na semana, preço do combustível caiu 4,8% no país Bruno Santos - 10 set.22/Folhapress

Leonardo Viceli

A Petrobras anunciou nesta segunda (12) uma redução para as distribuidoras de 4,7% no preço médio do GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), o gás de cozinha vendido em botijão. O corte entra em vigor nesta terça (13).

O preço para as distribuidoras passará de R\$ 4,23 por quilo para R\$ 4,03, uma queda de R\$ 0,20. Assim, o valor médio de um botijão de 13 quilos terá alívio de R\$ 2,60 -de R\$54,94 para R\$52,34.

A queda anterior nas refinarias havia entrado em vigor em 9 de abril. Na ocasião, o preço médio do botijão de 13 quilos recuou de R\$ 58,21 para R\$ 54,94, de acordo com a Petrobras.

Em agosto, um botijão de gás de 13 quilos custou, em média, R\$ 111,62 para o consumidor brasileiro, conforme dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

A marca equivale a um avanço de 19,5% em relação ao mesmo mês do ano passado (R\$ 93,427). Em agosto de 2020, o valor era de R\$ 69,981.

O gás de botijão subiu 18,42% em 12 meses até agosto de 2022, segundo a **inflação** oficial do Brasil, medida pelo IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Ao longo da pandemia, a carestia do gás de cozinha atingiu em cheio as famílias de renda baixa, já que o produto pesa mais no orçamento dos mais pobres. Com o aumento dos preços, parte dos brasileiros

passou a preparar refeições com lenha e até álcool. Beneficiários do Auxílio Brasil podem receber o vale-gás a cada dois meses, desde que se enquadrem nos critérios do programa. Em setembro, será pago somente o Auxílio Brasil e o vale-gás voltará a ser depositado nos meses de outubro e dezembro. Para definir o valor do benefício, o governo considera o preço médio do botijão de 13 quilos ao consumidor no semestre anterior.

A Petrobras informou, em nota, que a redução anunciada nesta segunda acompanha a evolução dos preços de referência "e é coerente com a prática de preços da Petrobras, que busca o equilíbrio dos seus preços com o mercado, mas sem o repasse para os preços internos da volatilidade conjuntural das cotações e da taxa de câmbio".

Às vésperas das eleições, a Petrobras passou a anunciar a conta-gotas cortes nos valores de combustíveis como a gasolina. Levantamento do OSP (Observatório Social do Petróleo), a pedido da Folha, mostrou que a companhia adotou estratégias diferentes de precificação nos momentos de alta e de baixa das cotações internacionais do petróleo em 2022.

Quando o petróleo subia, a empresa realizava menos reajustes e praticava preços abaixo das cotações internacionais, segurando o repasse às bombas. Com o petróleo caindo, passou a anunciar reduções frequentes e acompanhar o mercado externo mais de perto.

Para Erie Gil Dantas, economista do OSP e do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais, os dados indicam que a execução da política de preços esteve sujeita a pressões durante o ano eleitoral. A Petrobras informou que não há periodicidade definida para os reajustes de diesel e gasolina.

Gasolina cai mais 2,5% e se aproxima de R\$ 5 por litro

Nicola Pamplona

O preço médio da gasolina caiu mais 2,5% nos postos brasileiros na semana passada e atingiu o menor patamar desde agosto de 2020, segundo a pesquisa da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

Foi a 11ª semana consecutiva de queda, motivada por cortes de **impostos** e por reduções nas refinarias da Petrobras. Na semana passada, o preço médio do combustível ficou em R\$ 5,04 por litro.

Desde o pico de R\$ 7,39 atingido na penúltima semana de junho, a queda acumulada é de 31,7%, ou R\$ 2,35 por litro.

O etanol hidratado caiu 4,8% na semana, para R\$ 3,53. O combustível foi encontrado a menos de R\$ 3 por litro em três estados: Goiás, Mato Grosso e São Paulo. Na semana anterior, a lista tinha apenas os dois últimos.

Notícias Relacionadas:

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA
Petrobras reduz preço do gás de cozinha em 4,7%

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ
Petrobras reduz preço do gás de cozinha em 4,7%

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

33

Cinco países da UE traçam imposto mínimo corporativo em 2023

Sam Fleming

Alguns dos maiores países membros da UE (União Européia) prometeram implementar um planejado imposto corporativo mínimo global, apesar da oposição da Hungria, que se recusou a apoiar as propostas de taxação do bloco.

Em uma declaração conjunta na sexta-feira (9), os ministros da Economia de Alemanha, França, Itália, Espanha e Holanda se comprometeram a adotar "rapidamente" uma alíquota efetiva mínima de 15% de imposto corporativo em seus países, acrescentando que desejam que o novo regime seja aplicado até 2023.

"Estamos prontos para implementar a tributação efetiva mínima global em 2023 e por qualquer meio legal possível", disseram eles em **comunicado** divulgado durante as reuniões dos ministros da Economia em Praga (República Tcheca).

A Comissão Européia propôs uma diretiva da UE que implementa a alíquota mínima, parte do histórico acordo internacional sobre **impostos** corporativos da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) firmado no ano passado. O acordo visa acabar com o uso de paraísos fiscais por multinacionais.

Mas as regras foram bloqueadas, inicialmente pela Polônia e mais recentemente pela Hungria. A primeira, desde então, abandonou suas objeções.

Mudanças nas regras tributárias da UE geralmente exigem unanimidade entre os Estados membros, mas algumas capitais pediram que o plano tributário seja implementado por meio da "cooperação aprimorada", o que significa que outros países membros podem avançar sem a aprovação ou participação da Hungria.

Bruno Le Maire, ministro das Finanças francês, disse que a cooperação reforçada era uma forma de avançar, mas que "opções nacionais" também deveriam estar na mesa. A Alemanha disse estar preparada para implementar a medida unilateralmente.

Algumas capitais estão receosas de tentar usar o processo complexo em uma questão tributária, após uma tentativa fracassada de usá-lo para impor taxação

sobre transações financeiras há uma década.

Valdis Dombrovskis, vice-presidente executivo da comissão, disse a repórteres que sua solução preferida continua sendo a de toda a UE.

A Hungria defendeu veementemente sua taxa de imposto corporativo de 9%. Seu ministro das Relações Exteriores, Péter Szijjártó, disse no início deste ano que, dada a atual crise econômica, o imposto mínimo seria um golpe letal para a economia europeia e exporia a Hungria a "desafios extraordinários".

No entanto, muitas capitais veem a posição como uma tentativa de gerar vantagem em outros conflitos com Bruxelas, em vez de se referir aos méritos da proposta tributária.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

33

Rosa Weber assume STF em momento crítico (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Planos de saúde têm primeiro prejuízo semestral

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Compensação de ICMS tem nova divergência entre União e Estados

Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187328?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187328?page=1§ion=1

Reforma que troca 5 impostos por 1 deve voltar a ser discutida, defende Fragelli

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187328?page=6§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187328?page=6§ion=2

Brasil é a melhor aposta na AL contra guinada conservadora de BCs

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187328

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187328

Centro-Oeste lidera alta do PIB desde a Covid, e Nordeste segura lanterna

Eduardo Cucolo

Impulsionada pelo agronegócio, a região Centro-Oeste deverá ser aquela com o melhor desempenho econômico no período 2020-2023, enquanto o Nordeste deve amargar o pior resultado entre as cinco regiões do país, apesar da grande proporção de beneficiários de programas federais e de transferência de renda.

Os dados fazem parte de estudo especial do Departamento Econômico do Santander sobre economia regional, divulgado nesta segunda-feira (12), com projeções do banco para o **PIB** de todos os estados e regiões de 2020 a 2023. O dado oficial mais recente do IBGE é de 2019.

Com base em projeções e indicadores já divulgados, a instituição estima que o Sul e o Norte também vão crescer acima da média nacional no período e que o Sudeste terá o segundo pior resultado.

Pesquisa Datafolha divulgada em 1º de setembro mostrou que os candidatos à Presidência que lideram as intenções de voto aparecem tecnicamente empatados no Centro-Oeste, no Norte e no Sul. Nas outras duas regiões, o ex-presidente Lula (PT) está à frente do presidente Jair Bolsonaro (PL).

O Nordeste foi a única região que, em 2021, não recuperou toda a perda de **PIB** verificada no primeiro ano da pandemia de Covid-19. Em parte, por causa do efeito do fechamento de fábricas no setor automotivo na Bahia, maior economia da região.

Também pesamos fracos resultados do varejo e dos serviços. Esse último, com o pior desempenho regional no biênio 2021-2022. Segundo o Santander, a economia da região tem mostrado menor sensibilidade ao aumento dos programas federais de transferência de renda do que o Norte, onde os dois setores têm desempenhos melhores.

O estudo do Santander -que não trata da questão eleitoral-projeta que Norte e Centro-Oeste devem manter o desempenho acima da média em 2023, baseados na indústria extrativa e no agronegócio, respectivamente. A menor sensibilidade desses setores ao ciclo econômico tende a minimizar os impactos de uma política monetária mais

contracionista sobre essas regiões, segundo o banco.

A instituição considera um cenário em que os preços de commodities agrícolas desaceleram nos próximos trimestres, mas devem permanecer em patamares historicamente elevados. Além disso, a perspectiva é de uma safra boa de grãos no Brasil.

"Por mais que o preço esteja um pouco mais abaixo do que a gente viu ao longo de 2022, os volumes tendem a ser bons, e isso tende a sustentar essas regiões que têm maior força nesse setor", afirma Gabriel Couto, economista do Santander.

A expectativa é de estabilidade no Sul e no Nordeste e contração da atividade no Sudeste, mais sensível aos efeitos da alta de juros e dos problemas de abastecimento da indústria. Para o Brasil, a projeção é de queda do **PIB** (Produto Interno Bruto) de 0,2% em relação a 20-22.

"A economia do Sudeste, por ter uma participação grande de setores sensíveis a esse ciclo monetário mais restritivo, como a indústria e alguns segmentos importantes do setor de serviços, tende a ter um desempenho pior do que a média nacional", diz o economista.

Na média 2020-2023, o Sul deve ser a segunda região com melhor desempenho, com destaque para Santa Catarina, com a menor queda de **PIB** em -2020 na região, o terceiro maior crescimento em 2021 no Brasil e expansão de 1% esperada para 2023. O Norte fica em terceiro, pois a indústria extrativa do Pará prejudicou os resultados, que só devem melhorar a partir do próximo ano.

Pará, Bahia e Maranhão aparecem entre os três piores desempenhos econômicos em 2021 e 2022. Em 2023, essas posições devem ficar com Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, que devem registrar queda do **PIB**.

Também é projetada contração para Bahia, Pernambuco, Minas, Paraná e Rio Grande do Sul. Roraima deve liderar o ranking de crescimento por três anos (2021-2023).

Projeções de **inflação** para 2022 e 2023 voltam a cair

Reuters Analistas voltaram a reduzir as projeções para a **inflação** neste ano e no próximo e a elevar as estimativas para o crescimento do **PIB**, mostrou pesquisa Focas do Banco Central.

A mediana das estimativas para o IPCA de 2022 das cerca de 100 instituições consultadas na sondagem caiu pela 11a semana consecutiva, para 6,40%, de 6,61% na pesquisa anterior. Para o ano que vem, a projeção caiu pela quarta semana seguida, a 5,17%, de 5,27% antes.

Os novos números, que seguem acima do teto das metas para os dois períodos (5% e 4,75%), vêm após o IBGE ter reportado na semana passada que o IPCA teve o segundo mês.

Para o **PIB**, a projeção de crescimento deste ano subiu ligeiramente -para 2,39%, de 2,26%-, também no 11o ajuste para cima consecutivo. Em 2023, analistas agora veem alta de 0,50%, ante 0,47% na semana passada.

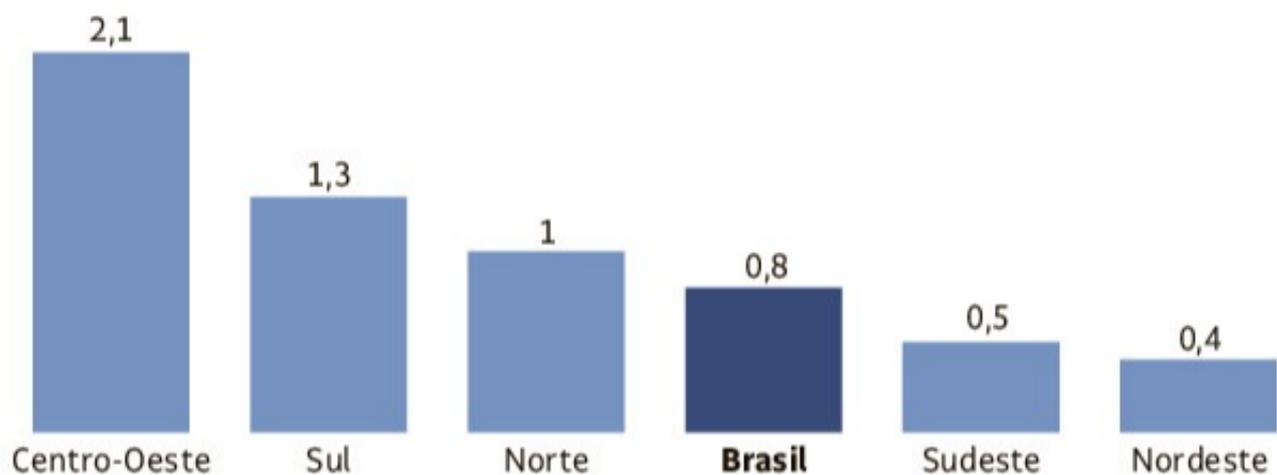
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

33

Centro-Oeste deve liderar crescimento de 2020 a 2023

Variação média anual do PIB, em %*



*Projeções para o período 2020-2023. Fonte: Santander

Renda de servidor cai mais que na iniciativa privada na pandemia

Leonardo Vieceli rio de janeiro

A renda média do trabalho caiu mais para os empregados do setor público do que para os funcionários da iniciativa privada durante a pandemia no Brasil.

É o que indicam dados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), produzida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

No trimestre de maio a julho de 2019, antes da crise sanitária, a renda média do trabalho era estimada em R\$ 4.468 para os empregados do setor público.

Três anos depois, em igual trimestre de 2022, o rendimento baixou para R\$ 4.086, o equivalente a uma queda de 8,5% na pandemia. Os dados levam em conta a **inflação**.

Em igual período de comparação, a renda média dos empregados do setor privado, exceto os trabalhadores domésticos, recuou de R\$ 2.421 para R\$ 2.350. A baixa foi de 2,9%.

Os empregados domésticos, por sua vez, tiveram contração de 5,1%. A média encolheu de R\$ 1.106 para R\$ 1.050.

Os dados do IBGE consideram apenas os recursos obtidos com o trabalho por quem segue ocupado em vagas formais ou informais. Fontes como benefícios sociais não entram nos cálculos.

A **inflação** elevada fez a renda dos brasileiros encolher de maneira generalizada na pandemia. No caso dos empregados no setor público, o efeito da alta dos preços foi potencializado pela ausência de reajustes ou por aumentos tímidos para parte dos servidores, avaliam economistas.

"Em um contexto de **inflação** alta, o congelamento de salários faz a renda média cair mais", afirma a economista Vívian Almeida, professora do Ibmec-RJ.

O economista Alysson Portella, pesquisador do Insper, tem opinião semelhante.

"Vimos dificuldades para a obtenção de reajustes no

setor público, que é muito heterogêneo", diz.

Os dados do funcionalismo divulgados pelo IBGE refletem a situação dos trabalhadores das diferentes esferas de governo (municipal, estadual e federal). Abrangem, além da administração direta, fundações, autarquias e empresas públicas e de economia mista.

No trimestre até julho de 2019, o grupo era composto por 11,5 milhões de pessoas, conforme o instituto. Em igual período de 2022, alcançou cerca de 12 milhões, uma alta de 4,6%.

"A perda de renda tem impacto do congelamento dos salários de servidores", afirma o economista José Celso Cardoso Júnior, coordenador da comissão de estudos do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado).

"A **inflação** rebaixou o poder de compra de todos. Dependendo da categoria, os trabalhadores conseguiram mais ou menos reposição", acrescenta.

Mesmo com a queda mais intensa, os empregados do setor público ainda apresentam um rendimento mais elevado na média (R\$ 4.086) do que os da iniciativa privada (R\$ 2.350), conforme o IBGE.

Economistas, porém, sinalizam que o funcionalismo apresenta alto nível de disparidade nas remunerações. Assim, os supersalários da chamada elite do serviço público acabam puxando a renda média para cima.

"O grosso da folha de pagamento é preenchido por servidores de áreas como saúde e educação, longe de serem privilegiados", afirma Almeida, do Ibmec-RJ.

De cerca de 11,5 milhões de vínculos de trabalho no funcionalismo público do Brasil, em 2018, um quarto recebia até R\$ 1.566, e a metade ganhava até R\$ 2.727, indicou nota técnica do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) de agosto de 2021.

Conforme o mesmo estudo, quase 90% do funcionalismo do país recebia valor igual ou menor do que 80% dos servidores do Judiciário federal.

"O setor público tem uma heterogeneidade grande. Vai desde as vagas com supersalários do Judiciário até trabalhadores como o recepcionista de um hospital",

analisa o economista Rodolpho Tobler, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

33

Segundo os dados da Pnad Contínua, a renda dos empregados no setor público também caiu mais do que a dos empregadores no setor privado na pandemia.

Os donos de negócios viram o rendimento médio recuar de R\$ 6.932 no trimestre até julho de 2019 para R\$ 6.459 em igual intervalo de 2022 (-6,8%).

Na Pnad, somente a categoria dos trabalhadores por conta própria teve variação positiva no mesmo período, de 3,5%.

A renda média desse grupo, cuja população ocupada bateu recorde durante a pandemia, passou de R\$ 2.051 para R\$ 2.122.

A pesquisa do IBGE divide o setor público em três fatias: militares e estatutários, empregados com carteira assinada e empregados sem carteira.

O maior grupo é o dos militares e estatutários. O número de ocupados subiu 2,6% entre o trimestre até julho de 2019 e igual intervalo de 2021, para 7,9 milhões. Representa 65,3% do total de empregados no setor público (12 milhões).

Os militares e estatutários têm a maior renda média do funcionalismo, segundo o IBGE. O rendimento, porém, não ficou imune às perdas. Caiu 6,6% ao longo da pandemia, de R\$ 5.128 para R\$ 4.792.

"Há o efeito da **inflação** e da não recomposição salarial", diz Tobler.

Em valores relativos, a maior baixa na renda dentro do funcionalismo foi registrada pelos empregados com carteira, que somam 1,3 milhão de pessoas (11% do total).

O rendimento desse grupo caiu 18,2%, de R\$ 4.651 no trimestre até julho de 2019 para R\$ 3.803 em igual intervalo de 2022.

Para economistas, a redução pode estar associada à abertura de vagas com salários mais baixos durante a pandemia, além dos efeitos da **inflação**.

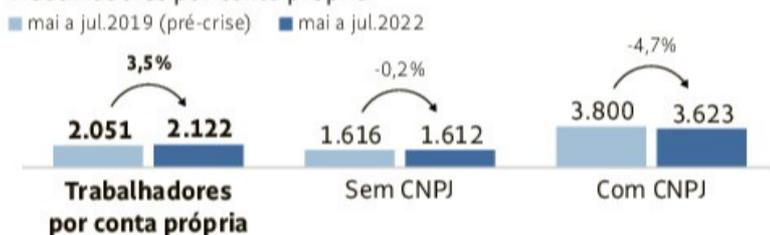
De acordo com o IBGE, os empregados com carteira no setor público normalmente ocupam cargos em comissão. Ou seja, reúnem pessoas nomeadas que, por não serem concursadas, seguem o regime da CLT.

Renda na pandemia

Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês*

Em R\$

Trabalhadores por conta própria



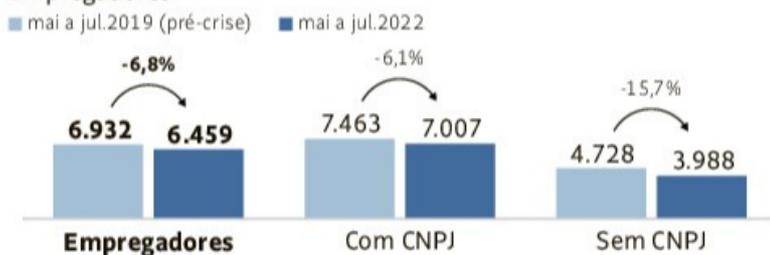
Empregados no setor privado**



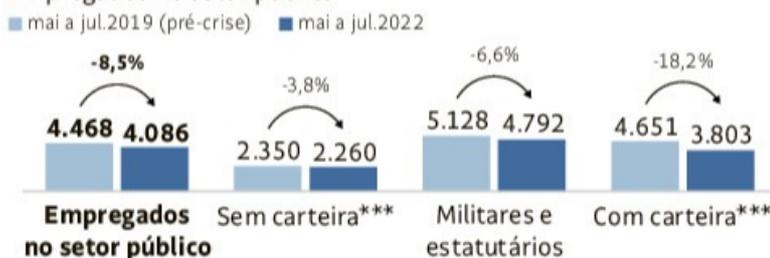
Empregados domésticos



Empregadores



Empregados no setor público



*Inclui apenas recursos obtidos com o trabalho e não contempla fontes como benefícios sociais

**Exceto domésticos

***Exceto militares e estatutários

Fonte: Pnad Contínua/IBGE

Bolsonaro libera R\$ 3,5 bi em emendas de relator após corte de ciência e cultura

Idiana Tomazelli Brasília

O governo Jair Bolsonaro (PL) decidiu liberar R\$ 3,5 bilhões em emendas de relator, asadas como moeda de troca nas negociações com o Congresso Nacional, a menos de um mês das eleições.

A divisão dos recursos foi autorizada pela JEO (Junta de Execução Orçamentária), colegiado formado pelos ministros Paulo Guedes (Economia) e Ciro Nogueira (Casa Civil).

O valor deve ser usado para contemplar aliados do Planalto e também da cúpula do Congresso, muitos dos quais buscam a reeleição neste ano.

Em pleno calendário eleitoral, os recursos indicados para os redutos eleitorais desses parlamentares poderão ser empenhados -essa é a primeira fase do gasto, quando há o compromisso com aquela despesa. Apesar disso, não poderá haver repasse financeiro até o fim das eleições.

A medida tem sido criticada por parlamentares de oposição, que questionam a iniciativa no Supremo.

A liberação dos recursos é possível graças a duas MPs (medidas provisórias) de Bolsonaro para adiar ou limitar despesas de ciência e cultura aprovadas anteriormente pelo Legislativo. A manobra, revelada pela Folha, permitiu jogar R\$ 5,6 bilhões em gastos para 2023 e abrir caminho ao desbloqueio de parte das emendas.

A estratégia para liberação imediata da verba foi concluída com um decreto que permitiu ao governo asar o alívio para desbloquear gastos sem a necessidade de elaborar um relatório de revisão de receitas e despesas do Orçamento. O documento, que é periódico, terá sua próxima edição em 22 de setembro -esperá-lo deixaria pouco tempo para a liberação das emendas antes das eleições em 2 de outubro.

O decreto foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União na noite de 6 de setembro, véspera do feriado da Independência.

A maior parte dos recursos, R\$ 1,7 bilhão, será empregada em ações do Ministério do

Desenvolvimento Regional, uma das pastas preferidas pelos parlamentares para direcionar recursos de obras de pavimentação ou compra de maquinário para suas bases.

Também serão contemplados os ministérios da Saúde (R\$ 698 milhões), Cidadania (R\$ 598 milhões) e Agricultura (R\$ 230 milhões).

Os outros R\$ 2,1 bilhões serão usados para destravardes-pesas próprias dos ministérios, que estão estranguladas diante do bloqueio de R\$ 12,7 bilhões no Orçamento, vigente desde o fim de julho.

O corte também atingiu as emendas. Em julho, quando quase metade dos R\$ 16,5 bilhões em emendas de relator foi bloqueada, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que controla parte das verbas, reclamou com o Planalto.

O decreto editado pelo governo permitiu incorporar à execução orçamentária, de forma antecipada, os efeitos de regras legais implementadas após a edição mais recente do relatório bimestral de receitas e despesas. Sem o decreto, as regras orçamentárias obrigavam o governo a elaborar um novo relatório de avaliação do Orçamento.

O Ministério da Economia pode elaborar relatórios extemporâneos sempre que julgar necessário, mas essa tarefa exige um esforço de toda a Esplanada dos Ministérios no envio de informações atualizadas, incluindo projeções de **inflação**, crescimento, previsão de despesas com benefícios previdenciários e assistenciais, entre outros.

Segundo relatos, o decreto foi editado para "dar o conforto necessário" aos técnicos na liberação desses recursos sem a necessidade de um novo relatório. Havia pressão da cúpula do Congresso para destravar logo a verba.

As emendas tornaram-se estratégicas na reeleição dos parlamentares. Segundo dados do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), dos 513 deputados federais, 446 vão tentar a reeleição, o que representa 86,93% Câmara.

No Senado, dos 27 senadores em final de mandato, 12 vão tentar a reeleição (44,44%). Mesmo entre os

que não basearão novo mandato, há quem busque a eleição em outro cargo.

O Executivo está remanejando os recursos após Bolsonaro cortar verba da ciência e cultura. Em 29 de agosto, o presidente editou duas MPs (medidas provisórias), uma delas para limitar a R\$ 5,6 bilhões os gastos do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) em 2022.

Outra MP adiou os repasses das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc, de auxílio à cultura em estados e municípios, e do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), aprovados pelo Congresso como resposta à crise causada pela pandemia de Covid-19 nesses setores.

No dia 22, o próximo relatório vai detalhar todas as mudanças, mas o efeito da liberação já terá sido absorvido pelos órgãos e pelos parlamentares agraciados com as emendas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

33

O inaceitável desperdício de alimentos (Editorial)

Em tempos de crescente fome e insegurança alimentar no Brasil e no mundo, é perturbadora a estimativa de que um terço dos alimentos anualmente produzidos no planeta se perde ou é desperdiçado. O dado foi divulgado pelo Boston Consulting Group, consultoria internacional que prevê o agravamento do problema nos próximos anos. A projeção é que o mundo chegará a 2030 deixando de aproveitar 2,1 bilhões de toneladas de alimentos por ano, o que significa dizer que tamanha quantidade de carnes e vegetais de todo tipo vai simplesmente apodrecer ou ser jogada fora, em vez de alimentar a população global.

Impossível não pensar em outra estimativa, tão ou mais assustadora, recentemente divulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU): até 828 milhões de pessoas, quase 10% da população mundial, enfrentaram privação alimentar no ano passado, ou seja, passaram fome. A situação agravou-se em decorrência da pandemia de covid-19 e, atualmente, sofre também os efeitos da guerra na Ucrânia. Vale lembrar que outros 2,3 bilhões de pessoas (29,3% da população global), conforme a ONU, viviam a chamada insegurança alimentar, isto é, tinham que lidar com incertezas a respeito de sua capacidade de obter comida, o que é sinônimo de redução da quantidade e da qualidade dos alimentos ingeridos.

É nesse cenário que as projeções do Boston Consulting Group se tornam ainda mais aterradoras. Para ter ideia do que representam 2,1 bilhões de toneladas de alimentos a quantidade que deverá ser perdida em 2030, no mundo, basta dizer que toda a produção de grãos no Brasil, na atual safra, deve chegar a 271 milhões de toneladas ou 13% disso. A consultoria estima também que o prejuízo financeiro atingirá US\$ 1,5 trilhão em 2030. De novo, a título de comparação, vale registrar que tal cifra corresponde a quase todo o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil.

Não resta dúvida de que a diminuição das perdas e do desperdício de alimentos envolve uma questão humanitária.

É assombroso, para dizer o mínimo, pensar que milhões de pessoas estão passando fome neste exato instante, enquanto toneladas de comida se perdem pelo caminho ou vão parar no lixo. Há também uma

série de questões econômicas, logísticas, ambientais e de hábitos de consumo sobre as quais o Boston Consulting Group se debruçou, e para as quais há soluções ou recomendações que vale a pena conhecer.

A consultoria faz uma clara distinção entre perdas de alimentos e desperdício, e estima que aproximadamente metade da comida descartada é de frutas e legumes. A cadeia produtiva da maçã é citada como exemplo: para cada 10 milhões de maçãs, segundo a consultoria, 13% se perdem no próprio processo de produção; 6%, no armazenamento, manuseio e transporte; 1%, no processamento e embalagem; 6%, na distribuição e no varejo; e 8% delas são desperdiçadas pelos consumidores finais, totalizando 34% de perdas. Em resumo, de cada 10 milhões de maçãs, 3,4 milhões ficam pelo caminho ou são jogadas no lixo.

O estudo destaca que é possível reduzir esses índices, a ponto de cortar o prejuízo financeiro quase pela metade, o que permitiria economizar US\$ 700 bilhões ao ano, como mostrou recente reportagem do Valor. A mobilização nesse sentido precisa envolver governos, produtores rurais, empresas, consumidores e a sociedade em geral. Há muito a ser feito, seja do ponto de vista macro ou micro. Na Amazônia, por exemplo, o relatório estima que 3% dos peixes acabam sendo descartados por causa de deficiências no transporte. Colheitas prematuras também geram perdas, assim como o estímulo para que clientes em bufês se sirvam de porções maiores do que realmente vão comer.

Uma das recomendações é justamente aumentar a conscientização dos consumidores, assim como criar mecanismos regulatórios ou fiscais para desencorajar perdas e desperdícios. Enfim, a lista é longa e é preciso agir com rapidez. Como dizia o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, quem tem fome tem pressa. É inaceitável que o mundo abra mão dos alimentos que produz em meio a tanta gente que não tem o que comer.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsa acumula a 2ª maior alta pré-eleições



LUCAS AGRELA

Nos dois primeiros meses da campanha eleitoral oficial, o índice Ibovespa - referência para a Bolsa brasileira - registrou a segunda maior alta na comparação com os demais pleitos presidenciais dos últimos 20 anos. De julho a agosto, a alta foi de 11,14%: o índice passou de 98.542 pontos, em 1.º de julho, para 109.523 pontos, em 31 de agosto.

O único resultado mais alto foi em 2014. No ano em que Dilma Rousseff (PT) foi reeleita, a Bolsa teve o melhor resultado nessa janela de dois meses desde 2002, alta de 15,27%, de acordo com dados compilados pela Clear Corretora. Em 2018, quando Jair Bolsonaro venceu nas urnas eletrônicas, a Bolsa subiu 5,38% entre julho e agosto.

Considerados os dados acumulados para cada ano - sempre para o período de janeiro a agosto -, o resultado de 2014 também se destaca: naquele ano, o Ibovespa teve alta de 18,96% nos primeiros oito meses.

Neste ano, a alta foi mais discreta, de 4,48%. Em 2018, o índice ficou no zero a zero.

Para William Eid, diretor do Centro de Estudos em Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV), não há um padrão de movimentos na Bolsa brasileira em anos eleitorais. "A volatilidade da Bolsa depende muito da incerteza que a eleição traz. Se os dois (candidatos à frente nas pesquisas) tiverem o mesmo programa, a mesma expectativa do mercado, não há mudança. Se houver um na frente que o mercado considere aceitável, a oscilação é menor", diz.

VOLATILIDADE.

Outra forma de observar o comportamento dos investidores na renda variável é de acordo com a variação dos investimentos.

Esse movimento de oscilação dos ativos, para cima e para baixo, é chamado de volatilidade - e pode mexer com as emoções dos investidores. Entre janeiro e agosto de 2022, a volatilidade da Bolsa brasileira igualou a de 2014. A variação, em valores corrigidos pela **inflação**, foi de 19% em ambos períodos.

De acordo com dados da Economatica/ TC, a volatilidade mais forte dos últimos 20 anos da Bolsa no período pré-eleitoral até agosto foi em 2002, quando atingiu 32% (enquanto a queda do Ibovespa no período foi de 6,78%). Exceto por 1994, a oscilação tende a ser mais forte no fim do ano, de setembro a dezembro, após o resultado das urnas. Em 1998, por exemplo, a variação foi de 83%.

Para o investidor pessoa física, a oscilação da renda variável pode gerar ansiedade por ganhos no curto prazo, ao tentar antever picos e vales dos preços das ações.

No entanto, a recomendação dos analistas é ter paciência para obter retorno dos investimentos.

HISTÓRICO.

Em 2002, a taxa Selic vinha de uma trajetória de redução, de 19% para 18% ao ano. Em agosto daquele ano, a meta da **inflação** já tinha sido abandonada. O clima era de cautela entre investidores, que realizavam lucros, e o mercado aguardava uma alta do tucano José Serra nas pesquisas eleitorais contra Luiz Inácio LULA da Silva, do PT - que sairia vencedor do pleito, contrariando, à época, os desejos de uma parte considerável de investidores da Bolsa. No ano, o Ibovespa amargava queda de 23,53%.

Para Samuel Pessôa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) e da Julius Baer Family Office (JBFO), em 2002 o País lidava com o problema de não ter reserva em dólares, o que gerava um ciclo de desvalorização do real e aumento da dívida do governo, uma questão resolvida durante os governos de LULA. A trajetória do presidente petista ajudou a construir uma boa reputação em relação ao risco fiscal do País, mas isso se deteriorou com o tempo,

especialmente a partir do fim de 2013.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Indústria na UE tem desafio de viver sem gás russo barato

Joe Wallace, Georgi Kantchev David Uberti e William Boston Dow Jones Newswires

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187328?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187328?page=1§ion=1

Sem desculpas para o péssimo resultado do Brasil no DH (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187328?page=6§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187328?page=6§ion=2